



MPs e fim de salário extra abrem pauta da convocação

A convocação extraordinária do Senado entra em sua fase deliberativa com uma pauta de 30 proposições que versam, entre outros assuntos, sobre a criação de sistema nacional de prevenção ao roubo de cargas, regras para coibir o uso

de caixa dois em campanhas eleitorais e o aumento de oito para nove anos do período de educação obrigatória. Antes disso, porém, os senadores se dedicam a quatro medidas provisórias e dois projetos de lei que obstruem a pauta.

Logo em seguida, o presidente do Senado, Renan Calheiros, pretende submeter ao Plenário a proposta de emenda à Constituição que reduz o recesso parlamentar e acaba com o salário extra pelas convocações.

PÁGINAS 3, 4 E 5

Um dos 30 itens da pauta da convocação extraordinária, projeto cria sistema nacional para combater roubo de cargas, que em um ano causou perdas de R\$ 1 bilhão

cidadania

Saiba mais sobre o mal de Alzheimer, que já atinge 16 milhões de pessoas

PÁGINA 12

No Amapá, Cristovam constata drama das "cobaias humanas"

PÁGINA 8

Mínimo de R\$ 350 pode facilitar acordo sobre Orçamento de 2006

PÁGINA 2

CPIs



Ideli Salvatti, Romeu Tuma e Heloísa Helena (D) em reunião da CPI

Nova conta de Duda Mendonça será tema de depoimento

Uma nova conta bancária do publicitário Duda Mendonça no exterior deve ser o tema central da CPI dos Correios, nesta terça-feira, com o depoimento de Antenor Madruga, chefe de departamento do Ministério da Justiça responsável pela cooperação internacional em casos de lavagem de dinheiro. Duda já confessou ter recebido R\$ 10,5 milhões do valieroduto nas Bahamas.

PÁGINA 6

Trabalho deve estar concluído até 15 de março, diz Delcídio

Decisão foi tomada pelo presidente da CPI dos Correios após conversa com o relator.

PÁGINA 7

Relatório apontará crimes em contrato com a GTech

Relator da CPI dos Bingos, Garibaldi Alves deve apontar nesta quarta-feira ocorrência de crimes no contrato entre a CEF e a GTech.

PÁGINA 7

CONGRESSO Primeira sessão deliberativa da convocação extraordinária do Senado será nesta terça-feira

MPs e fim do salário extra na pauta

Os quatro primeiros itens da pauta da primeira sessão deliberativa da convocação extraordinária do Senado, nesta terça-feira, serão medidas provisórias, em sua maioria abrindo créditos extraordinários ao Orçamento de 2005, como, por exemplo, para o combate à aftosa. Na Câmara, três MPs editadas em 15 de dezembro estarão em discus-

são, pois trancam a pauta.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou que pretende colocar em votação, na quarta-feira, a proposta de emenda à Constituição (PEC 3/00) que reduz o recesso parlamentar e acaba com a remuneração extra dos parlamentares nas convocações extraordinárias do Congresso Nacional.

– Temos que aprovar a redução do recesso e acabar com essa excessividade, que é o pagamento de salário dobrado nas convocações – afirmou Renan.

As MPs em tramitação no Senado foram aprovadas na Câmara sem emendas e, por tratarem de assuntos consensuais, não devem ser alvo de muita polêmica entre governo e oposição. A primeira

MP é a 262/05, que abre crédito extraordinário de R\$ 30 milhões ao Ministério da Integração Nacional para socorro e assistência às cerca de 167 mil vítimas da seca que castigou a Amazônia este ano.

A MP 263/05 concede abono de 13% aos servidores militares nos meses de outubro e novembro, ampliando o prazo para aprovação do projeto que autoriza o

reajuste, transformado em lei em dezembro.

Uma outra MP (264/05) destina R\$ 159 milhões aos ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e das Cidades, para compra de alimentos destinados a projetos sociais e para o pagamento de obras emergenciais em áreas com risco de desabamentos no período das chuvas.

Projetos em análise no Senado

Proposta	Autor	Assunto	Situação atual
PEC 3/00 (em conjunto com a PEC 12/00 e PEC 14/2001)	Jáder Barbalho	Alteração dos períodos das sessões legislativas e extinção do pagamento de parcela indenizatória de convocação extraordinária	Na CCJ, para proferir parecer sobre emenda de Plenário
PEC 31/00	Maria do Carmo	Licença-maternidade e licença-paternidade em casos de adoção	Pronta para votação, em segundo turno
PEC 29/02	Francisco Escórcio	Ampliação da vigência do Fundef e valor mínimo nacional por aluno	Pronta para votação, em segundo turno
PEC 9/03	Sérgio Cabral	Aumenta o tamanho máximo do lote objeto de usucapião especial urbano em cidades com menos de 300 mil habitantes	Pronta para votação, em segundo turno
PEC 12/04	Luiz Otavio	Processo de criação de novos municípios	Na CCJ, para proferir parecer apresentando a redação final
PEC 59/04	Arthur Virgílio	Altera a denominação da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial da Amazônia Brasileira	Na CCJ, para proferir parecer apresentando a redação para o segundo turno
PEC 72/05	Antonio Carlos Magalhães	Disciplina a edição de medidas provisórias	Pronto para leitura do parecer da CCJ em Plenário
PLC 51/04 (1.300/99 na Câmara)	Deputada Ângela Guadagnin	Dedução do Imposto de Renda para doação aos fundos nacional, estaduais e municipais em favor da criança e do adolescente	Na CAE, para proferir parecer
PLC 62/05	Presidente da República	Gestão de florestas públicas	Na CCJ, para proferir parecer
PLC 90/05 (4.724/04 na Câmara)	Presidente da República	Alteração do Código de Processo Civil relativamente à forma de interposição de recursos, ao saneamento de nulidades processuais, ao recebimento de recurso de apelação e a outras questões	Na CCJ, para proferir parecer
PLC 101/05 (4.728/04 na Câmara)	Presidente da República	Alteração do Código de Processo Civil relativamente ao julgamento de ações repetitivas	Na CCJ, para proferir parecer
PLC 116/05 (4.726/04 na Câmara)	Presidente da República	Alteração do Código de Processo Civil, relativamente à incompetência referente a meios eletrônicos, prescrição, distribuição por dependências, exceção de incompetência, revelia, carta precatória e rogatória, ação rescisória e vista dos autos	Na CCJ, para proferir parecer
PLC 128/05 (5.463/05 na Câmara)	Presidente da República	Autoriza a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes de programas de formação inicial e continuada de professores para a educação básica	Pronto para leitura do parecer da CE em Plenário
PLC 129/05 (5.629/05 na Câmara)	Presidente da República	Concessão de subvenção econômica à Companhia de Navegação do São Francisco (Franave)	Na CI, para proferir parecer. Em regime de urgência constitucional
PLC 133/05 (7.337/02 na Câmara)	Deputado João Magno	Altera o Código de Trânsito Brasileiro, relativamente à classificação e à punição para os condutores de veículos que transitem em velocidade superior à máxima	Na CCJ, para proferir parecer
PLC 139/05 (4.142/04 na Câmara)	Presidente da República	Dispõe sobre o ensino na Marinha	Na CCJ, para proferir parecer
PLC 141/05-Complementar (187/97 na Câmara)	Deputado Mário Negromonte	Cria o Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão ao Furto e Roubo de Veículos e Cargas	Na CCJ, para proferir parecer
PLC 142/05 (4.514/04 na Câmara)	Roberto Pessoa	Repactuação de dívidas oriundas de operações de crédito rural na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene)	Na CAE, para proferir parecer
PLC 143/05 (5.524/05 na Câmara)	Pedro Canedo	Instituição de concurso de prognóstico destinado ao desenvolvimento da prática desportiva (Timemania)	Na CCJ, para proferir parecer
PLC 144/05 (3.675/04 na Câmara)	Raquel Teixeira	Altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, dispondo sobre a duração mínima de nove anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos seis anos de idade	Na CE, para proferir parecer
PLS 171/99 (em conjunto com PLS 428/99 e PLS 605/99)	Osmar Dias	Dispõe sobre as sociedades cooperativas	Na CRA, para proferir parecer
PLS 517/03	César Borges	Repactuação e alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural	Encerrado o prazo para interposição de recurso em 15 de dezembro de 2005. (Após comunicação em Plenário, a matéria será encaminhada à Câmara)
PLS 280/04	Leonel Pavan	Isonção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de motocicletas para utilização no transporte autônomo de passageiros	Pronto para votação
PLS 226/05 (em conjunto com PLS 100/04 e PLS 101/04)	Rodolpho Tourinho	Importação, exportação, processamento, transporte, armazenagem, liquefação, regaseificação, distribuição e comercialização de gás natural	Na CCJ, para proferir parecer
PLS 389/05,	Renan Calheiros	Altera dispositivos da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral - e dá outras providências (disposições penais e processuais penais)”.	Na CCJ, para proferir parecer
PLS 390/05	Renan Calheiros	Altera a Lei das Inelegibilidades (LC 64/90), para que as sanções previstas não fiquem mais condicionadas ao trânsito em julgado das sentenças.	Na CCJ, para proferir parecer
PLS 391/05	Renan Calheiros	Torna mais rigorosa a prestação de contas dos candidatos	Na CCJ, para proferir parecer
PLS 392/05	Renan Calheiros	Propõe a concessão de benefícios fiscais a doadores de campanhas eleitorais, pessoas jurídicas e físicas, para estimular o financiamento lícito das campanhas	Na CCJ, para proferir parecer
PDS 569/05	Jefferson Péres	Elimina o pagamento de ajuda de custo (salários extras) aos deputados e senadores na convocação extraordinária	Na CCJ, para proferir parecer
PLS 294/05	José Sarney	Cria o Fundo Nacional Pró-Leitura, para financiar a Política Nacional do Livro, instituída em 2003	Na CCJ, para proferir parecer

Redução do recesso é tema nas duas Casas

A impossibilidade de tomada de novos depoimentos tanto no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados quanto nas CPIs dos Correios e dos Bingos no período de festas natalinas reacendeu o debate em torno do tamanho do recesso parlamentar. Afinal, se as atividades regulares do Congresso Nacional se iniciassem anualmente em janeiro em vez de 15 de fevereiro, a necessidade de convocação extraordinária, espe-

cialmente este ano, seria reduzida. dois meses por ano e não mais a três meses, como prevê a Constituição. Depois da palavra final da CCJ, a matéria estará pronta para ir a votação em primeiro turno em Plenário.

Na Câmara, outra PEC (347/96), na pauta de janeiro de 2006, reduz o recesso de 90 para 45 dias. O Congresso também pode acabar com pagamentos extras aos parlamentares se aprovar o Projeto de Decreto Legislativo 2.075/05 do deputado Raul Jungmann (PPS-PE).

Também na lista de matérias para discussão e votação na convocação extraordinária está a PEC 72/05, do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), que pretende limitar o número de medidas provisórias (MPs) em tramitação no Congresso Nacional. Pela proposta, a MP somente teria força de lei depois de admitida pelo Legislativo, atendidos os pressupostos constitucionais de urgência e relevância. Atualmente, transcorridos 45 dias de sua edição, uma medida provisória tranca a pauta onde estiver, impedindo a discussão de outras propostas.

Senado analisa proposta que reduz recesso de 90 para 45 dias de duração

O próprio Senado tem a missão de mudar essa realidade, caso aprove a proposta de emenda à Constituição (PEC 3/00) que também dá fim à

ajuda de custo aos parlamentares nos períodos de trabalho extraordinário e está na pauta de janeiro. A matéria está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde o senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) já apresentou substitutivo. Valadares sugere que o Congresso funcione entre 20 de janeiro e 30 de junho e de 1º de agosto a 20 de dezembro. Assim, a duração dos recessos ficará limitada a

Informações detalhadas sobre a convocação na página da Internet

Especialmente para a convocação extraordinária do Congresso Nacional, a Secretaria Geral da Mesa preparou um guia para o cidadão acompanhar as atividades legislativas dos senadores. As informações podem ser encontradas na página de abertura do site do Senado, com serviços que permitem ao internauta, por exemplo, receber por correio eletrônico um aviso com o andamento da tramitação da matéria que lhe interessa.

Podem ser encontrados no local os atos dos presidentes da Câmara e do Senado que convocam o Congresso e detalham as matérias que devem ser votadas até 14 de fevereiro. Mais abaixo, ao clicar a frase “Relação das matérias constantes da pauta de convocação”, abre-se um quadro como o à esquerda – em que todos os 29 projetos e propostas de emenda à Constituição (PECs) selecionados pelos líderes dos partidos para discussão a partir de 16 de janeiro

no Senado estão listados.

Também há links para a íntegra e a tramitação detalhada de qualquer uma das propostas.

– Com esse serviço, pretendemos dar transparência aos trabalhos. Todos poderão saber o que foi efetivamente discutido e votado no Senado durante a convocação extraordinária deste ano – afirma o secretário-geral da Mesa, Raimundo Carreiro, lembrando que o serviço de acompanhamento de proposições por e-mail já está disponível para qualquer matéria.

Por fim, a ordem do dia de cada sessão estará disponível com antecedência, incluindo os prazos de tramitação e as pautas completas do Plenário. É esse documento que informa, por exemplo, que todos os seis primeiros itens da pauta estão com prazos vencidos, razão por que, na prática, o Senado não poderá votar outras matérias enquanto não analisar esses itens, entre eles quatro MPs.

CONVOCAÇÃO Ação das quadrilhas nas rodovias brasileiras causou prejuízo de R\$ 1 bilhão, somente em 2004

Projeto combate os roubos nas estradas

Os constantes furtos e roubos de cargas nas estradas brasileiras – que em 2004 causaram perdas estimadas em R\$ 1 bilhão em todo o país, com mais de 11 mil ataques a caminhoneiros – serão analisados pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado, que deverá votar na convocação extraordinária o parecer ao projeto de lei complementar (PLC 141/05) que cria o Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão ao Furto e Roubo de Veículos e Cargas.

O senador Romeu Tuma (PFL-SP), que deverá ser o relator na CCJ, lembra que o projeto, do deputado Mário Negromonte (PP-BR), foi aprimorado durante a atuação da CPI do Roubo de Cargas.

– Vimos que é possível, por exemplo, trabalhar com mecanismos de identificação de mercadorias, que ajudarão inclusive o trabalho de fiscalização da Polícia Rodoviária e de outros órgãos, possibilitando também a redução do contrabando e o aumento da arrecadação – expôs o senador de São Paulo, um dos estados que mais sofrem com o crime. O prejuízo acumulado pelas transportadoras em 2004 foi de quase

R\$ 200 milhões, com incidência maior em grandes rodovias como Anhangüera, Presidente Dutra e Régis Bittencourt.

Uma das medidas previstas é a cobrança do condutor de veículo de carga da autorização para conduzi-lo quando esse não for de sua propriedade, sob pena de pagamento de multa. Além das perdas financeiras, também quer se evitar mortes de motoristas.

O projeto prevê a criação do Fundo Nacional de Combate ao Furto e Roubo de Veículos e Cargas, formado pelos recursos

de multas aplicadas pelo descumprimento da lei, de convênios, contratos e leilão de bens apreendidos das quadrilhas.

O sistema compreenderá a cobrança de identificação dos produtos, por meio de códigos, o desenvolvimento de campanhas de orientação e esclarecimento a transportadoras e proprietários de veículos de cargas, articulação entre órgãos federais e estaduais e a adoção de uma política nacional de combate ao crime organizado de roubo de cargas e veículos.



Tuma, provável relator na CCJ: projeto aprimorado pela Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou o roubo de cargas

Dívida rural na pauta da convocação extraordinária

Tramita na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado proposta de renegociação de dívidas rurais que pode beneficiar o Nordeste e uma parte de Minas Gerais. Entre as principais medidas do projeto de lei da Câmara (PLC 142/05) estão a redução das taxas de juros, o alongamento dos prazos de pagamento e descontos sobre o saldo devedor para quem pagar em dia ou antecipadamente.

Para arcar com os custos dessa repactuação, a proposta estabelece que o governo federal poderá emitir até R\$ 7 bilhões em títulos da dívida pública. O projeto, na pauta da convocação extraordinária do Congresso Nacional, é de autoria do então deputado federal Roberto Pessoa (PL-CE).

O projeto abrange as operações

de crédito rural contratadas na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene), incluindo as realizadas no âmbito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Além disso, a proposta altera as Leis 10.177/01, 10.464/02, 10.696/03 e 10.823/03, e também duas resoluções do Conselho Monetário Nacional: a 2.471/98 e 2.765/00.

A proposta do senador César Borges (PFL-BA) que autoriza o alongamento de dívidas do

crédito rural de agricultores familiares poderá ser examinada pela Câmara durante a convocação extraordinária. A matéria foi aprovada em decisão terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) no final de novembro e o prazo para recurso já terminou.

O projeto autoriza a repactuação de dívidas de pequenos agricultores das regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sul prejudicados pela seca e de municípios de Minas Gerais e do Espírito Santo compreendidos na área da Agência de Desenvolvimento do Nordeste. A renegociação poderá contemplar contratos de até R\$ 50 mil.

Projeto de César Borges poderá ser examinado pela Câmara

Organização das cooperativas deve ir a votação

Um dos projetos que constam da pauta do Senado na convocação extraordinária é do senador Osmar Dias (PDT-PR). A matéria (PLS 171/99) trata da organização de sociedades cooperativas e encontra-se na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), onde foi tema da última audiência pública realizada pela comissão em 2005, quando ficou decidida a criação de um grupo de trabalho para apresentar sugestões à matéria.

O projeto tramita em conjunto com o PLS 428/99, do então senador José Fogaça, e o PLS 605/99, do senador Eduardo Suplicy (PT-SP). Os três projetos são relatados

pelo senador Demostenes Torres (PFL-GO), que defende a aprovação da proposta de Osmar Dias e a rejeição das outras duas.

Propostas divergem sobre tema central

O grupo de trabalho tentará chegar a um entendimento antes da votação. Embora tratem do mesmo tema, as iniciativas se contrapõem em alguns pontos fundamentais, como sobre a representação do sistema cooperativista. Enquanto o inciso XX do artigo 5º da Constituição federal determina que ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado, o PLS

171/99 incorpora o princípio da unicidade da representação e define a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e as Organizações das Cooperativas Estaduais (OCEs) integrantes como únicas representantes do cooperativismo nacional.

O PLS 605/99 estabelece que a organização de entidades representativas é livre, de modo a espelhar a diversidade de concepções presentes no movimento cooperativista. Já o PLS 428/99 procura uma solução intermediária, em que a representação poderia ser exercida pelo sistema OCB ou pelas confederações do setor, a critério de cada entidade.



Proposta em análise na convocação extraordinária muda Código de Trânsito para punir com maior rigor quem abusa da velocidade

Excesso de velocidade pode render multa triplicada

A CCJ também analisará o projeto de lei que aprimora o Código de Trânsito Brasileiro, ao escalonar em três intervalos as cobranças de multas por infrações por desrespeito a velocidade limite nas vias.

De autoria do deputado João Magno (PT-MG), o projeto altera a classificação e a punição para os condutores de veículos que transitarem em velocidade superior à máxima permitida em mais de 20% e até 30%, caso em que a infração será considerada gravíssima. A multa seria então acrescida em uma vez e meia a do valor original.

Quando ultrapassar mais de 30% a velocidade máxima da pista, o condutor também co-

meterá infração gravíssima, mas terá de pagar multa três vezes maior que a do valor original e ainda terá suspenso o direito de dirigir.

Já o Senado examinará o projeto de lei (PLS 280/04) do senador Leonel Pavan (PSDB-SC) que isenta de cobrança de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) a venda de motocicletas destinadas ao transporte de passageiros, conhecido como mototaxi.

O projeto tem parecer favorável do relator da matéria, senador Eduardo Suplicy (PT-SP). Ele destacou que as motocicletas fabricadas na Zona Franca de Manaus estão isentas do pagamento de IPI até 2023.

Polêmico, projeto de gestão de florestas aguarda decisão

O projeto de lei do Executivo que regulamenta a gestão de florestas públicas para exploração sustentável está na pauta da convocação extraordinária. O PLC 62/05 tramitava em regime de urgência constitucional, mas sem consenso para votação, a proposta passou a trancar a pauta do Plenário em novembro passado, impedindo a aprovação de outras matérias importantes. O governo decidiu, então, retirar o pedido de urgência e a proposta passou a seguir a tramitação normal.

A proposição foi uma das matérias mais polêmicas do Congresso no ano passado. Um dos principais motivos é porque permite a exploração privada por até 40 anos, por meio de concessão. Vários senadores temem que a medida promova a internacionalização da

Amazônia, apesar de o projeto determinar que somente empresas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede e administração no país possam se candidatar à exploração.

O PLC já passou pelas comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), inclusive em duas audiências públicas. Agora na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), aguarda parecer para retornar ao Plenário.

Pelo projeto, a gestão de florestas públicas se daria por três instrumentos: criação direta de florestas nacionais, estaduais e municipais; destinação de florestas públicas a comunidades locais; e concessão florestal, incluindo florestas naturais ou plantadas.



Desmatamento: vários senadores temem que projeto de gestão das florestas promova a internacionalização da Amazônia

CONVOCAÇÃO Projetos baseados em sugestões do presidente do TSE visam combater a prática do caixa dois

Renan quer votar redução do recesso parlamentar

O presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou que pretende colocar em votação na próxima quarta-feira a proposta de emenda à Constituição (PEC 3/00) que reduz o recesso e acaba com a remuneração extra dos parlamentares nas convocações extraordinárias do Congresso. – Nós temos que aprovar a redução do recesso e acabar com o pagamento dobrado nas convocações – afirmou Renan. De autoria do então senador Jáder Barbalho, a PEC restringe o recesso aos períodos de 1º a 31 de julho e de 20 de dezembro a 5 de janeiro. Hoje, há recesso em julho e entre 15 de dezembro a 15 de fevereiro. Essa proposta é analisada em conjunto com a PEC 12/00, de autoria do então senador Paulo Hartung; e com a PEC 14/01, do senador Maguito Vilela (PMDB-GO), que também pretendem alterar o recesso, mas não tratam da remuneração extra. Será incluído também na pauta projeto de decreto legislativo (PDS 569/05) do senador Jefferson Péres (PDT-AM) que elimina a ajuda de custo aos deputados e senadores por conta de convocação extraordinária.

Mudanças na legislação eleitoral entram na pauta

Atendendo a uma reivindicação do líder da Minoria, senador José Jorge (PFL-PE), o presidente do Senado, Renan Calheiros, concordou com a inclusão na pauta da convocação extraordinária de três projetos de lei que tratam da legislação eleitoral. As propostas, que serão encaminhadas à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), tramitarão em caráter terminativo.

José Jorge explicou que esses projetos tiveram origem em sugestões do presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Carlos Veloso, encaminhadas ao Senado.

As proposições aumentam as penas para os crimes eleitorais e o tempo de prescrição; permitem a reabertura das prestações de contas dos partidos e dos candidatos e que sejam contabilizadas como "despesa" as doações feitas por empresas para campanhas eleitorais, até o limite de 2% do lucro operacional do ano anterior.

– A melhor maneira de combater o caixa dois é prestigiando e fortalecendo o "caixa um". Não acredito que seja possível coibir coisas irregulares somente com punições. Nós temos é que incentivar o certo – afirmou.

Para José Jorge, faz parte da democracia a participação financeira do cidadão e das empresas nas campanhas eleitorais. Ele observou que isso deve ser feito de



Senador José Jorge (E), líder da Minoria, entrega ao presidente do Senado as três propostas, que aumentam as penas e o tempo de prescrição dos crimes eleitorais

maneira aberta, de modo que toda a sociedade possa tomar conhecimento. O senador explicou que a permissão para que as doações sejam contabilizadas como "despesa" não altera o limite de incentivo fiscal das empresas.

– Antigamente não existia o "caixa um". Pouco a pouco isso está mudando

e as empresas foram verificando que era melhor fazer a doação de forma legal. Na verdade, não existia nenhum incentivo para que a empresa fizesse uma doação legal. Mas agora vai haver. O esforço correto é de fortalecer o "caixa um", por um lado, e combater o caixa dois pelo outro – concluiu.

Propostas beneficiam educação

Entre os projetos que o Senado analisa a partir desta semana, sete beneficiam as crianças ou buscam a melhoria da educação no Brasil. Por meio da alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o projeto de lei da Câmara (PLC 144/05) visa ampliar de oito para nove anos o período de educação obrigatória, que seria iniciado a partir dos 6 anos de idade. Os municípios, os estados e o Distrito Federal terão,

pelo projeto, prazo até 2010 para se adaptar à mudança.

Já o PLC 128/05, também aprovado pelos deputados (PLC 128/05), se receber o apoio dos senadores pode melhorar a qualificação de professores da educação básica por meio da concessão de bolsas de estudo e de pesquisa para os participantes de cursos de formação. O texto determina que os candidatos às bolsas devem estar no exercício do magistério na rede pública de ensino e vinculados a programas de formação para a educação básica. Os recursos seriam provenientes do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Os dois projetos aguardam parecer da Comissão de Educação (CE).

Outro projeto, o PLC 51/04, procura estimular doações para os fundos nacional, estaduais e municipais em favor de crianças e adolescentes por meio da possibilidade da dedução do Imposto de Renda. Por se tratar de matéria tributária, a PEC precisa, antes de

ir a Plenário, de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Finalmente, a PEC 31/00, da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE), permite que pais adotivos passem mais tempo junto de seus filhos, uma vez que terão períodos de licença-maternidade e paternidade logo após a adoção. A PEC já foi aprovada em primeiro turno.

Ensino fundamental e magistério

O substitutivo do senador José Jorge (PFL-PE) à PEC 29/02, do então senador Francisco Escórcio, que duplica o prazo de vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), também foi incluído na pauta da convocação extraordinária. A matéria foi aprovada pelos senadores em primeiro turno no ano passado.

O Senado irá analisar ainda o PLC 139/05, que define regras para o ensino na Marinha Brasileira. O projeto, de autoria do Executivo, está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para ser instruído.

Já a criação do Fundo Nacional Pró-Leitura (FNPL) pode ser votada em decisão terminativa pela Comissão de Assuntos Econômicos. Com a proposta, do senador José Sarney (PMDB-AP), a Lei do Livro (Lei 10.753/03) passará a ter instrumento próprio para incentivar a cadeia produtiva do setor.

Regulamentação da reforma do Judiciário é prioridade

O projeto que regulamenta a edição, a revisão e o cancelamento de súmulas com efeito vinculante pelo Supremo Tribunal Federal (STF) é uma das prioridades da convocação. A proposta faz parte do relatório final da Comissão Especial Mista da Reforma do Judiciário, entregue pelo senador José Jorge (PFL-PE), relator do projeto, ao presidente do Senado, Renan Calheiros.

A comissão foi criada para regulamentar as mudanças previstas pela reforma do Judiciário, com o fim de ampliar o acesso à Justiça e torná-la mais eficiente. O relatório inclui outros quatro projetos de lei, que regulamentam a repercussão geral do recurso extraordinário, os pedidos de federalização de crimes contra os direitos humanos, a criação do Fundo Garantidor das Execuções Trabalhistas (FGET) e a ampliação da competência da Justiça do Trabalho.

Em relação à súmula vinculante, o projeto estabelece, entre outras medidas, que o mecanismo poderá ser adotado pelo STF mediante a aprovação de dois terços dos membros do tribunal. O objetivo da súmula vinculante é evitar a multiplicação de processos sobre questão idêntica e a insegurança jurídica, causada por decisões diferentes sobre o mesmo tema.

O relatório contém requeri-

mentos de urgência para a tramitação de 15 projetos (dez na Câmara e cinco no Senado) que alteram os Códigos de Processo Penal e de Processo Civil, e propõe a criação de subcomissões temporárias para exame de propostas referentes à reforma processual no âmbito das comissões de Constituição e Justiça do Senado e da Câmara. O documento propõe também regime de urgência para o projeto de lei que racionaliza a tramitação de processos repetitivos na Justiça (PLC 101/05) e solicita alteração da Lei 9.882/99 para permi-

Entre os projetos, a edição e revisão de súmula vinculante

tir que qualquer pessoa, lesada ou ameaçada pelo poder público, possa propor Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) perante o STF.

Proposto pelo Executivo, o PLC 101/05 altera o Código de Processo Civil ao autorizar ao juiz a reprodução, de imediato, de sentenças que julgam improcedentes casos idênticos e controvertidos, porém unicamente de Direito (que dispensam a apresentação de provas). O magistrado nem precisaria, assim, citar o réu, a não ser diante da apelação do autor da ação.

O Senado analisará também o PLC 90/05, já aprovado pela Câmara, que muda regras do CPC relativas à interposição de recursos, ao recebimento de apelações e ao saneamento de nulidades processuais.



Um dos projetos trata da qualificação dos professores da educação básica

CRISE POLÍTICA Parlamentares criticam Ministério da Justiça por sonegar informações sobre publicitário

Nova conta de Duda movimentada CPI



A divulgação da existência de nova conta do publicitário Duda Mendonça no exterior deve

dar o tom do depoimento de Antenor Madruga, chefe do Departamento de Repatriação de Ativos do Ministério da Justiça, órgão responsável pela cooperação internacional em casos suspeitos de lavagem de dinheiro, a se realizar nesta terça-feira.

Na última semana, os parlamentares criticaram o Ministério da Justiça por não ter repassado à CPI dos Correios informações sobre as operações do publicitário no exterior, que admitiu ter recebido R\$ 10,5 milhões do valerioduto nas Bahamas e ago-

ra é acusado de ter outra conta em Miami. Segundo o deputado Gustavo Fruet (PSDB-PR), a CPI busca acesso aos dados sigilosos de Duda desde agosto, sem a colaboração das autoridades norte-americanas. Ele diz acreditar que os dados já estão com autoridades brasileiras.

Alguns membros da CPI cogitaram a convocação do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, para prestar esclarecimentos sobre o caso. A proposta deve ser analisada nesta quarta-feira. A CPI estuda ainda enviar representante aos Estados Unidos em busca de acesso aos dados.

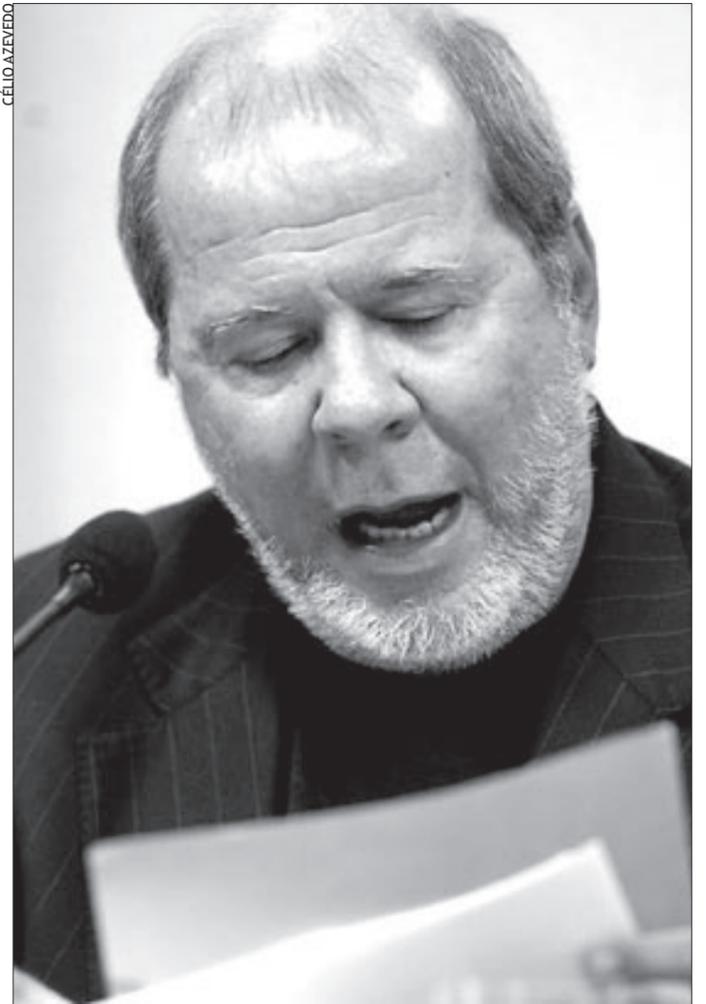
Até a informação de que o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) – subordinado ao Ministério da Justiça – solicitou dados sobre a movimentação

de Duda às autoridades norte-americanas foi criticada.

– É evidente que, àquela altura, a matéria da Veja [que revelou a existência da nova conta] já estava pronta – disse o deputado Onyx Lorenzoni (PFL-RS).

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) defendeu o ministério, que é obrigado a seguir as normas do acordo bilateral com os EUA.

Para o senador Alvaro Dias (PSDB-PR), nem todas as movimentações irregulares de Duda e Marcos Valérios foram identificadas pelo Coaf. Ele sugere multas mais pesadas para as instituições que omitirem ao Coaf movimentações supeitas. Já o senador Romeu Tuma (PFL-SP) pediu que o governo invista em sistemas que permitam o cruzamento de dados financeiros.



Duda Mendonça foi o publicitário responsável pela campanha de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República em 2002

Coaf e BC: falta integração com a Justiça e a polícia



Presidente do Coaf afirma que alertou MP sobre Valério

Os depoimentos do presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), Antonio Gustavo Rodrigues, e dos diretores do Banco Central Paulo Sérgio Cavalheiro e Sérgio Darcy à CPI dos Correios serviram para demonstrar as limitações dos órgãos no combate à lavagem de dinheiro.

A maior crítica tanto do Coaf quanto do BC foi a falta de integração entre ambos e a Justiça, o Ministério Público e a Polícia Federal. O diretor de Fiscalização do BC, Paulo Sérgio Cavalheiro, e o presidente do Coaf comentaram que não sabem se as de-

núncias feitas pelos órgãos são investigadas pela Justiça.

Os parlamentares questionaram o fato de o esquema operado por Marcos Valério não ter levantado, até a divulgação do escândalo, qualquer suspeita dos órgãos investigativos.

O presidente do Coaf informou que em 2003 alertou o Ministério Público sobre as contas ligadas a Marcos Valério.

O sub-relator de Normas de Combate à Corrupção, deputado Onyx Lorenzoni (PFL-RS), criticou o fato de muitos bancos em que o publicitário mantinha contas só terem informado o Coaf

sobre a movimentação suspeita depois das denúncias.

O deputado Gustavo Fruet (PSDB-PR), sub-relator de Movimentação Financeira, ressaltou que até hoje o Banco Rural não foi penalizado pelo BC por conta

da concessão de empréstimos sem garantias concedidos a Marcos Valério, apesar de o processo ter se iniciado em setembro.

– Não posso dizer que existe má-fé, mas a fiscalização é insuficiente – criticou.

Sub-relatoria ouve justificativas da Prece para prejuízo com títulos

A Sub-Relatoria de Fundos de Pensão dedicou a semana à oitiva dos dirigentes da Prece, fundo de pensão dos funcionários da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (Cedae), sobre prejuízos aceitos pelo fundo em negociações intermediadas por corretoras. As operações, segundo o sub-relator, deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (PFL-BA), acumularam prejuízos de R\$ 309 milhões nos últimos anos.

Por determinação do Supremo Tribunal Federal, parte dos depoimentos teve de ser realizada em caráter sigiloso para evitar

a divulgação de informações financeiras do fundo de pensão. Mesmo assim, o deputado ACM Neto declarou que os depoimentos foram considerados insatisfatórios.

– Esses diretores não conseguem responder de forma consistente sobre as irregularidades constatadas no fundo de pensão – disse o sub-relator.

Na última quarta-feira, o gerente de investimentos da Prece disse à CPI dos Correios que a entidade não pode responder por todas as operações realizadas pelos oito fundos de investimento vinculados a ela.

– Se houvesse alguma irregularidade, a responsabilidade de apurar seria do Banco Itaú, que é o nosso controlador, da Quality Previdência, que é o administrador da nossa carteira de investimentos, e dos órgãos reguladores do sistema financeiro – afirmou Paulo Martins.

Também foram ouvidos o funcionário aposentado Ricardo Afonso das Neves Leitão e o ex-diretor financeiro da Prece Pedro José Mercador Mendes. Leitão confirmou o prejuízo de R\$ 27 milhões do fundo em 1999, mas disse que em 2000 a Prece teve superávit de R\$ 15 milhões.



Ex-diretora Magda das Chagas Pereira disse que estava nervosa e causou polêmica ao levar gerente de investimentos para depor

Ex-diretor de Furnas contesta irregularidades apontadas por auditorias do TCU

Auditorias do Tribunal de Contas da União (TCU) apontam irregularidades nos repasses de R\$ 28 milhões feitos por Furnas Centrais Elétricas à Caixa de Assistência aos Empregados de Furnas e Eletronuclear (Caefe). Os dados foram apresentados pelo sub-relator do IRB (Instituto de Resseguros do Brasil), deputado Carlos Willian (PTC-MG), durante o depoimento do ex-diretor de Gestão Corporativa de Furnas Rodrigo Botelho Campos.

O relatório do TCU frisa que de 2003 até junho de 2005, durante a gestão de Rodrigo Campos, os repasses irregulares somaram R\$ 20 milhões. Para Carlos Willian, os dados levantam novas suspeitas sobre a realização de caixa dois. Rodrigo Campos

negou as acusações.

– Não imagino que haja a possibilidade de caixa dois com esse convênio – disse.

O ex-diretor de Furnas negou ainda que tenha favorecido a Corretora Assuré ao indicá-la para intermediar contratos de resseguro para a estatal, o que, segundo ele, fazia parte de uma estratégia para diminuir o valor da renovação do seguro de Furnas que, de acordo com o ex-diretor, em 2003 caiu de R\$ 15 milhões para R\$ 9 milhões.

A Assuré é de propriedade de Henrique Brandão, acusado de atuar junto a órgãos públicos para arrecadar dinheiro em nome do PTB, por determinação do ex-presidente do partido, o deputado cassado Roberto Jefferson.

CPI diz ter provas que podem levar ao indiciamento de ex-diretores do IRB

A sub-relatoria que investiga denúncias ligadas ao Instituto de Resseguros do Brasil (IRB) afirma ter elementos suficientes para pedir o indiciamento de membros da diretoria do IRB por improbidade administrativa, conforme anunciou o sub-relator de IRB, deputado Carlos Willian (PTC-MG).

Carlos Willian disse estar convencido de que a direção do instituto foi negligente ao autorizar o pagamento de indenização de R\$ 14 milhões à Companhia de Fiação e Tecidos Guaratinguetá por um incêndio ocorrido em 2003. Para viabilizar a operação, segundo o deputado, a direção do IRB aceitou uma apólice assinada com data retroativa e fez um

acordo com a seguradora.

– Houve tráfico de influência e o pagamento feito à Guaratinguetá foi indevido – concluiu Carlos Willian, após o depoimento do ex-diretor do IRB Carlos Murilo Goulart Barbosa Lima.

O ex-diretor, no entanto, negou que tenha havido pressões políticas ou qualquer tipo de irregularidade no pagamento do seguro da Guaratinguetá. O ex-diretor explicou que a apólice da empresa estava sendo renovada, mas o incêndio ocorreu antes da formalização do novo contrato. O pagamento da indenização, segundo o diretor, foi negociado em um acordo homologado em juízo, ou seja, por vias legais.

CRISE POLÍTICA

Relatório parcial da CPI dos Bingos será apresentado nesta quarta-feira por Garibaldi Alves



Acompanhado por Ideli Salvatti e Osmar Serraglio (1º à esq.), Delcídio (3º à dir.) recebe Jorge Mattoso, presidente da Caixa

Delcídio anuncia data para relatório da CPI dos Correios

O presidente da CPI dos Correios, senador Delcídio Amaral (PT-MS), disse que o relatório final da comissão deverá ser votado até 15 de março. A decisão foi tomada na noite de quarta-feira em conversa com o relator Osmar Serraglio (PMDB-PR). Ele informou, no entanto, que pretende reunir-se com os sub-relatores de Normas de Combate à Corrupção, deputado Onyx Lorenzoni (PFL-RS), e de Fundos de Pensão, deputado ACM Neto (PFL-BA), para ajustar os prazos.

Segundo Delcídio, só depois de a CPI ter uma visão clara de todos os personagens envolvidos

e ouvir especialistas de diversas áreas acerca de mecanismos de combate à corrupção será possível elaborar projetos de lei que criem uma legislação específica para crimes de lavagem de dinheiro e regras para o funcionamento do sistema de resseguros.

Nesta quarta à tarde, após reunião a portas fechadas no gabinete da presidência do Conselho de Ética da Câmara dos Deputados, Delcídio Amaral e o presidente do conselho, deputado Ricardo Izar (PTB-SP), garantiram à imprensa

que ambas as instâncias trabalharão para evitar um possível "acordão" entre partidos que livraria da cassação alguns deputados envolvidos nas recentes denúncias de corrupção investigadas pela CPI.

– Se vier um "acordão" não poderemos nem andar na rua, porque a classe política estará totalmente desmoralizada – assinalou o presidente da CPI dos Correios.

Na sua avaliação, a reunião serviu para que o Conselho de Ética recebesse "subsídios para instrumentalizar os processos de cassação".

Se vier um "acordão" não poderemos nem andar na rua, alerta Delcídio

Justificativas da Caixa à CPI

Na quinta-feira, o senador recebeu a visita do presidente da Caixa Econômica Federal (CEF), Jorge Mattoso, que lhe entregou documentos sobre a aquisição da carteira de crédito consignado do BMG pela instituição. A operação apresenta indícios de irregularidades, segundo relatório preliminar do Tribunal de Contas da União (TCU). Após o encontro com Mattoso, o senador recebeu, em reunião fechada, representantes de fundos de pensão.

Sub-Relatoria de Contratos insiste em investigar Skymaster e Beta

O destino dos milhões sacados das contas da companhia aérea Skymaster – contratada pelos Correios para o transporte de encomendas em licitações que teriam dado prejuízo de R\$ 64 milhões à estatal – vai voltar a ser discutido pela Sub-Relatoria de Contratos da CPI dos Correios nesta terça-feira. Os parlamentares acreditam que o dinheiro sacado era destinado ao pagamento de propinas para viabilizar a contratação vantajosa da Skymaster nas licitações.

A CPI vai ouvir novamente Reginaldo Menezes e Francisco Marques Carioca, funcionários da empresa que confessaram terem feito saques superiores a R\$ 4 milhões nos últimos cinco anos. Também será ouvido o advogado Marcus Pinto, acusado por Carioca de ser o responsável pela distribuição dos recursos sacados da conta da Skymaster.

As denúncias de pagamento de propina para facilitar a contratação pela estatal não recaem apenas sobre a Skymaster. Outra

companhia aérea contratada pelos Correios, a Beta, também está na mira da Sub-Relatoria de Contratos da CPI dos Correios.

Segurança diz ter levado US\$ 20 mil a ex-diretor

No final do ano passado, em depoimento à CPI, o segurança e ex-funcionário da Tecno Cargo Lincoln Pereira Frade admitiu ter transportado, a pedido da cúpula da Beta, US\$ 20 mil (cerca de R\$ 45,6 mil) para Brasília, entregues ao ex-diretor de Operações da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) Carlos Lima Sena, no início de 2001.

A Beta e a Skymaster também estão envolvidas em outras fraudes em licitações dos Correios. Entre 2000 e 2003, as duas empresas assinaram um documento em que dividiam a execução do contrato dos Correios ao meio, independentemente da vencedora do pregão. A manobra permitia que fosse forjada uma disputa comercial entre as duas nas licitações do período.

Relator apresenta lista de indiciáveis



Tráfico de influência, formação de quadrilha, falsidade ideológica, prevaricação e improbidade administrativa são crimes apontados pelo senador Garibaldi Alves (PMDB-RN) no relatório parcial que apresenta nesta quarta-feira na CPI dos Bingos sobre o contrato milionário entre a Caixa Econômica Federal (CEF) e a multinacional GTech.

Após seis meses de depoimentos e análise de documentos e quebras de sigilo, o relator tirou suas conclusões sobre o assunto, um dos mais debatidos pela CPI, que atua em muitas outras frentes.

No relatório, Garibaldi sugere o indiciamento de dirigentes e ex-dirigentes da CEF e da GTech, além de outras pessoas que estiveram envolvidas no caso, entre eles Waldomiro Diniz, que trabalhava com o então chefe da Casa Civil, José Dirceu, e o advogado Rogério Buratti,

ex-assessor de Antonio Palocci na prefeitura de Ribeirão Preto.

Para o relator, houve pagamento de propina nas negociações entre a empresa pública e a GTech, que em 1997, adquiriu a Racimec – empresa originalmente vencedora de edital de licitação junto à CEF –, responsável pelo processamento de toda a rede lotérica.

Todos estão envolvidos em

uma série de negociações que culminaram na renovação do contrato da CEF com a GTech em março de 2003, por mais 25 meses, no valor de R\$ 650 milhões. O Tribunal de Contas da União aponta uma série de irregularidades nessa relação.

Waldomiro e Buratti foram os



Garibaldi pede indiciamento de dirigentes da CEF e da GTech, além de Waldomiro e Buratti

principais interlocutores das negociações que teriam culminado no pagamento de propina, até agora apontada como sendo os R\$ 5 milhões pagos pela GTech à empresa MM Consultoria, do advogado Walter Santos Neto, supostamente por serviços advocatícios.

CPI dos Bingos tem agenda cheia esta semana

A CPI dos Bingos retoma os trabalhos nesta terça-feira com a oitiva de Paulo de Tarso Venceslau, ex-militante do PT e ex-secretário de Finanças de São José dos Campos (SP) e de Campinas (SP). Tarso denunciou, em 1997, irregularidades envolvendo a Consultoria Para Empresas e Municípios (Cpem), prestadora de serviços a diversas prefeituras do partido, e foi expulso do

PT um ano depois. Tarso aponta Roberto Teixeira, compadre e amigo do presidente Lula, como o operador do esquema.

Em outra linha de investigação, os senadores ouvem nesta quinta-feira Éder Eustáquio Macedo, apontado pela revista Veja como sendo o motorista que transportou três caixas supostamente com dólares vindos de Cuba.

Também serão ouvidos os

procuradores Ricardo Silveira e Fernando Vianna Neto, que investigam o assassinato do ex-prefeito de Campinas Antônio da Costa Santos.

Segundo o presidente da CPI, senador Efraim Morais (PFL-PB), o ministro da Fazenda Antonio Palocci deverá depor como convidado entre os dias 24 e 27 de janeiro, conforme acordo firmado anteriormente pelo ministro.

Três deputados são julgados pelo conselho

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados recebeu três relatórios de processos contra deputados acusados de sacar dinheiro das contas de Marcos Valério. Com isso, eles deverão ser lidos e votados nesta semana.

– Recebi os relatórios sobre o deputado Wanderval Santos (PL-SP), cujo relator é o deputado Chico Alencar (PSOL-RJ); sobre o deputado Professor Luizinho (PT-SP), processo relatado pelo deputado Pedro Canedo (PP-GO); e sobre o deputado Roberto Brant (PFL-MG), cujo relator é o deputado Nelson Trad (PMDB-MS) – disse na quinta-feira passada o presidente do conselho, deputado Ricardo Izar (PTB-SP).

O relatório sobre o presidente do PP, Pedro Correa (PE), deveria ter sido finalizado na quarta-feira, mas devido ao não comparecimento do deputado Mário Negromonte (PP-BA), testemunha de defesa, à audiência no conselho, ele deverá ser entregue no decorrer desta semana. A oitiva de

Negromonte foi remarcada para esta segunda-feira, a partir das 14h30.

Ricardo Izar lembrou que qualquer integrante do Conselho de Ética pode solicitar pedido de vista de processos, o que implica a abertura de prazo de duas sessões do Plenário da Câmara, com quórum mínimo de 51 deputados, antes que o processo siga seu percurso.

Dos três relatórios já entregues, o primeiro a ser lido deverá ser o de Wanderval Santos, em reunião marcada para esta terça-feira, a partir das 14h. Se não houver pedido de vista, o relatório de Chico Alencar pode ser votado na mesma reunião. Também na terça-feira, às 10h, o conselho ouve o deputado José Mentor (PT-SP), outro acusado de corrupção.

Na quarta-feira, a partir das 9h30, serão ouvidas cinco teste-

munhas no processo contra o deputado Josias Gomes (PT-BA).

Às 10 horas de quinta-feira, Nelson Trad poderá ler seu relatório sobre o processo contra Roberto Brant. A leitura depende da notificação de Brant.

– Há possibilidade de votarmos oito processos [de um total de 11] na convocação extraordinária – afirmou Ricardo Izar.



Izar diz que Conselho de Ética pode votar oito processos na convocação

DIREITOS HUMANOS

Ribeirinhos se expõem aos mosquitos transmissores da malária em pesquisa custeada por americanos

Tortura em nome da ciência no Amapá



À medida que as catraias, pequenos barcos usados para o traslado de Santana (AP) às comunidades ribeirinhas, avançam

no meio da floresta, casebres de madeira sobre plataformas de tábua surgem às margens do rio Pirativa.

Bandeirinhas de papel de seda colorido enfeitam o barracão, que funciona como salão de festas para os visitantes ilustres, recebidos com café, suco de frutas da Amazônia e bolo de macaxeira, enquanto as mulheres dançam o "marabaixo".

São Raimundo de Pirativa é uma comunidade quilombola de 175 habitantes que vive, essencialmente, da agricultura. A renda média mensal das famílias, formadas por, no mínimo, 12 pessoas, é de R\$ 300. Lá, é raro encontrar uma mulher de cerca de 35 anos com menos de dez filhos.

– Tem muita gente que dá pena, passa fome mesmo – contou Maria Ribeiro Siqueira, líder comunitária do município visitado no último fim de semana pelo presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), Cristovam Buarque (PDT-DF), para verificar a situação das "cobaia humanas" usadas em pesquisa financiada por instituições norte-americanas.

Atualmente, as crianças estudam num grupo escolar improvisado. A maioria dos adultos, no entanto, só sabe escrever o próprio nome. O posto



FOTOS: JANE ARAÚJO

de saúde mais próximo fica em Santana, a uma hora e meia de barco. Não há saneamento básico, mas há luz elétrica gratuita, "graças a Deus", diz Maria.

Em 2003, segundo contam os moradores, um certo Allan Kardec Gallardo, funcionário da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) cedido à Secretaria Estadual de Saúde do Amapá, acompanhado por um americano que eles não sabem identificar, desembarcou no povoado com uma proposta: por nove noites de trabalho, duas vezes por ano, os ribeirinhos receberiam R\$ 108 e, de quebra, contribuiriam para o progresso da ciência ao ajudar a combater a malária.

Em 15 minutos, Kardec arrebatou

dez "voluntários", que assinaram, sem ler, um contrato que dizia o seguinte: "Você será solicitado como voluntário para alimentar cem mosquitos no seu braço ou na sua perna para estudos de marcação-recaptura", acompanhado da advertência: "O risco é que você poderá contrair malária". O termo de compromisso tem o carimbo da Universidade da Flórida (EUA). E, assim, começou o infortúnio de Pirativa. Segundo Rosirene dos Santos Nunes, funcionária da prefeitura de Santana, a incidência de malária aumentou muito com a pesquisa, suspensa em 14 de dezembro de 2005. Todos os participantes do projeto foram contaminados, e a doença se espalhou entre os outros ribeirinhos.



Comunidade de São Raimundo de Pirativa (AP) (foto maior), e o recipiente usado guardar para os mosquitos transmissores da malária

Para Cristovam, situação é muito séria

O senador Cristovam Buarque se confessou surpreso com o que presenciou no Amapá. Ele está preparando um relatório sobre o assunto para os membros da comissão que preside.

– Antes de chegar aqui, achei que pudesse estar havendo um certo exagero. Mas, depois de conversar com as pessoas, vi que a coisa é muito mais séria do que eu imaginava – disse ele.

O senador enfatizou que não é contrário ao avanço da ciência, mas que esse processo tem que se dar respeitando-se determinadas regras éticas e humanísticas.

– Faz parte da pesquisa científica que as pessoas ajudem a capturar mosquitos, mas sem ser picadas. Elas não poderiam ter cedido seu corpo para que os

mosquitos se alimentassem de seu sangue – observou.

Para Cristovam, o Ministério da Saúde cumpriu sua obrigação ao autorizar a pesquisa, que seria perfeitamente legal. No entanto, o órgão, assim como as outras instituições brasileiras que participaram do projeto, falharam ao não fiscalizar sua execução.

O parlamentar informou que não cabe à CDH punir os responsáveis, mas garantiu que a comissão fará o que estiver ao seu alcance para colaborar com as investigações do Ministério Público e evitar que situações como as que se passaram em São Raimundo de Pirativa e São João do Matapim se repitam em outros rincões do Brasil.

– Certamente, há outros locais

do país onde ocorrem coisas parecidas com essas que nós estamos observando aqui. Uma verdadeira tortura, como disse um morador.

Na reabertura dos trabalhos normais do Congresso, a CDH fará uma audiência pública com os ministros da Saúde, Saraiva Felipe, e da Ciência e Tecnologia, Sérgio Rezende, para prestarem esclarecimentos sobre o caso. Vai ouvir também o coordenador da pesquisa no Amapá, Allan Kardec Gallardo; o promotor de Santana, cidade próxima aos povoados, Haroldo Franco; o presidente do Conselho Regional de Medicina do estado, Dardeg Aleixo; e a líder comunitária de São Raimundo de Pirativa, Maria Siqueira.



Cristovam conversa com moradores de Pirativa: dezenas de contaminados após pesquisa científica

Promessa de atendimento médico não foi cumprida

Francisco Siqueira do Nascimento tem 65 anos e, antes de ser "cobaia humana", nunca tinha contraído malária. "Agora, não posso mais trabalhar. Tenho mulher e sete filhos", disse.

O caso de Francisco, que teve de ser operado e quase perdeu a vida na mesa de cirurgia, foi o mais grave. Ele não recebeu nenhuma espécie de assistência por parte dos pesquisadores. Os ribeirinhos se responsabilizaram pelo seu tratamento.

– O contrato que nós assinamos dizia que médicos iriam cuidar de nós, e isso não aconteceu. Podíamos ter morrido. Mas eles não querem saber de mosquito – protesta Sidney Siqueira, agente de saúde voluntário, que também serviu de cobaia.

"Tortura" incluía 25 picadas de uma vez

Sidney usou a palavra "tortura" para descrever o processo de alimentação do carapanã, o mosquito transmissor da malária.

– Quando nós estávamos capturando, colocávamos em um recipiente como aquele lá (mostrou o copo de plástico coberto com tela, cheio de mosquitos). Depois, colocávamos a borda do copo em nossos braços e pernas, e os mosquitos nos picavam. Eram 25 por vez, até completar os cem. Alimentamos esses mosquitos durante nove noites – explicou, descrevendo o que chamou de "ato desumano".

Segundo Raimundo Picança, a dor, às vezes, era insuportável, e alguns desistiam antes de atingir a meta de cem mosquitos. Nesses casos, eles não recebiam a diária.

– Não faziam nem um curativo. O curativo era a gente chegar na beira do rio e passar uma água, para ver se abaxava aquela coceira, que era demais – lembrou ele.

Sidney Siqueira diz que todos participaram na esperança de que a pesquisa trouxesse benefícios para a comunidade, confirmando o que já havia afirmado a líder comunitária Maria Siqueira, segundo a qual Allan Kardec Gallardo, coordenador da pesquisa no Amapá, teria prometido um posto de saúde para o povoado.

Cientes de que estavam sendo explorados, os moradores passaram a se mobilizar, tentando reunir provas do que havia acontecido, com a ajuda de um advogado voluntário. A visita do promotor Haroldo Franco, de Santana, em novembro de 2005, foi a chance de romper o silêncio. O promotor notificou Kardec e comunicou o caso ao Ministério Público Estadual e ao Ministério Público Federal.

– Não se pode fazer esse tipo de pesquisa que coloca a vida em risco. A malária é uma doença séria. O projeto original dizia que eles usariam sangue de animais domésticos presos em gaiolas – revelou ele.

Voz do Leitor

CONDOMÍNIO

"Quero agradecer aos senadores do meu estado e ao prefeito do Rio de Janeiro, César Maia, pelo empenho, dedicação e carinho dedicados à Associação de Moradores do Condomínio Solar Barão de Chicorro, fazendo com que evitássemos que quase 200 famílias fossem despejadas de lares construídos por elas mesmas."

Oswaldo Rebelo, do Rio de Janeiro (RJ)

INFORMAÇÃO

"Considero relevante o trabalho de levar informações sobre o trabalho das casas legislativas a todo o Brasil e ao mundo, deixando o cidadão mais bem informado do que ocorre com os parlamentares que trabalham de forma honrosa para combater a corrupção, a miséria e a desigualdade social."

Marco Panaggio, de Santa Bárbara d'Oeste (SP)

CPMI DOS CORREIOS

"A atuação do senador Delcídio Amaral na presidência da CPMI dos Correios em 2005 foi muito prudente, respeitosa e moderada."

Ana Carrera Botelho, de Maracanã (PA)

IMPOSTO

"Sugiro a apresentação de um projeto de lei que vise regulamentar a diminuição e a unificação de todos os impostos cobrados ao cidadão brasileiro, visto que a arrecadação tributária no país é muito grande. Esse projeto ajudaria na criação

de emprego e no combate à pirataria de produtos como o DVD, por exemplo, porque o consumidor teria mais poder de compra."

Luciano Mota de Oliveira, de Itumbiara (GO)

PRODUTOR RURAL

"Sugiro um projeto de lei que assegure, por meio de incentivos fiscais, que o pequeno produtor rural possa desenvolver atividades do agronegócio. Essa é uma forma de garantir emprego ao homem do campo e evitar o êxodo rural."

Antonio Benedito Torres de Oliveira, de Apodi (RN)

IMPEACHMENT

"Gostaria de saber por que os senadores da oposição não pedem o impeachment do presidente Lula."

Jean Carvalho da Silva, de Camaçari (BA)

TAXAS BANCÁRIAS

"Sugiro a criação de projeto de lei que vise centralizar em um único local as informações entre os bancos, a fim de se evitar tantas taxas a serem pagas para cada um deles quando o mesmo cidadão utiliza mais de uma conta bancária."

Antonio Celso Garcia, de Santo André (SP)

PRÉ-ESCOLA

"Senadora Heloísa Helena, comemoro com vossa excelência a aprovação da PEC que obriga o Estado a atender toda a demanda pela educação de crianças até seis anos de idade em creches e pré-escolas."

Clésio Damasceno Santos, de Girau do Ponciano (AL)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

Pergunte ao Senador

RÁDIO E TV COMUNITÁRIAS

Francisco Ernando Xavier, de Bela Cruz (CE)

"Senadora Patrícia Saboya, pode haver duas rádios comunitárias numa mesma cidade? Quando será aprovado o PLS 575/99, que se refere a esse assunto?"

A senadora Patrícia Saboya (PSB-CE) responde:



Caro Francisco, pela legislação atual (Lei 9.612/98, regulamentada pelo Decreto 2.615/98), pode, sim, haver mais de uma rádio comunitária em um mesmo município. Basta que esse município seja grande o suficiente. Cada rádio comunitária, que é sempre em FM (frequência modulada) e de baixa potência (25 watts), tem que ter sua cobertura restrita a um raio de 1 quilômetro a partir da antena transmissora. Se a cidade tem pelo menos o dobro desse espaço, já caberiam nela, em tese, pelo menos duas rádios comunitárias. Para que a rádio seja criada, o Ministério das Comunicações tem que disponibilizar um canal dentro do seu Plano Básico de Distribuição de Canais. A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) é que irá dizer se há ou não condições técnicas para a instalação. Com esses dados em mãos, o governo federal tomará a decisão final sobre a concessão. Para pleitear a concessão de uma rádio, uma associação comunitária ou fundação sem fins lucrativos deverá fazer constar em seus respectivos estatutos o objetivo "executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária". Depois, obter na página na Internet do Ministério das Comunicações – www.mc.gov.br/rc/formularios/rc_form04.pdf – o formulário de demonstração de interesse em instalar rádio comunitária, que deverá ser preenchido e enviado, em carta registrada, para: Ministério das Comunicações, Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, Depto. de Outorga de Serviços, Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo, Sala 300, Ala Oeste. CEP 70044-900, Brasília-DF. Quanto ao Projeto de Lei 575/99, que altera a Lei 9.612/98 para instituir o serviço de televisão comunitária, ele encontra-se na Comissão de Educação, onde aguarda parecer do relator, senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS). Para acompanhar a tramitação do projeto pela Internet é só acessar www.senado.gov.br/sf/atividade/Materia/Detalhes.asp?p_cod_mate=42127.

HABEAS CORPUS

Paulo Fernando Vianes F. Duarte, de Palmeira dos Índios (AL)

"Senador Teotonio Vilela Filho, gostaria de saber se existe alguma forma de acabar com o direito ao *habeas corpus*."

O senador Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL) responde:



Caro Paulo Fernando, o instituto do habeas corpus está previsto na Constituição federal, artigo 5º, LXVIII. Somente por meio de emenda constitucional é possível alterar o referido dispositivo. Não há matéria tramitando no Senado com esse objetivo. No entanto, há projetos de lei relacionados ao assunto, como o PLS 367/05, que objetiva alterar a redação do art. 667 do Código de Processo Penal para disciplinar a impetração do habeas corpus; e o PLS 228/02, para vedar a concessão de habeas corpus a criminosos reincidentes.

Frases

"Se vier um 'acordão', não poderemos nem andar na rua, porque a classe política estará totalmente desmoralizada"

Delcídio Amaral, presidente da CPI dos Correios, ao garantir que o Congresso trabalhará para evitar acordo entre partidos para livrar da cassação deputados envolvidos em denúncias de corrupção.

"O dinheiro é do deputado. Mas quando comunica a doação à Mesa e a entidades filantrópicas, torna a doação pública. Se não concretiza, é falta de decoro"

Ricardo Izar, presidente do Conselho de Ética da Câmara.

"A melhor maneira de combater o caixa dois é prestigiando e fortalecendo o 'caixa um'. Não acredito que seja possível coibir coisas irregulares somente com punições. Nós temos é que incentivar o certo"

José Jorge, sobre as regras para doações a campanhas eleitorais.

"No momento em que o Congresso tem matérias a serem apreciadas, e é o caso, os parlamentares deveriam comparecer e trabalhar"

Gilberto Gil, ministro da Cultura, manifestando-se "como cidadão" após encontro com Renan Calheiros.

"Nós temos que aprovar a redução do recesso e acabar com essa excrescência, que é o pagamento de salário dobrado nas convocações"

Renan Calheiros, ao defender a redução do recesso parlamentar e o fim a remuneração extra.

"Nem que se queira, a CPI não vai se transformar em pizza"

Jamil Murad, membro da CPI dos Correios, que desmentiu a notícia de que apresentaria um relatório paralelo.

"O envio de cartões de crédito ao consumidor sem sua prévia autorização representa uma relação de consumo imposta, draconiana e, portanto, ilegal"

Pedro Simon, que apresentou projeto de lei para proibir esse tipo de prática.

Foto da Semana

Em 2003, um funcionário da Funasa desembarcou em São Raimundo de Piratiba (AP). Propôs aos habitantes que atuassem como cobaias: R\$ 108 para receber picadas de cem mosquitos carapanã, causadores da malária, durante nove noites. Sidney Siqueira (foto), uma das cobaias, exhibe o vidro que abrigava os mosquitos. O senador Cristovam Buarque foi ao Amapá para investigar a pesquisa com cobaias humanas



JANE ARAÚJO

Novo espaço para a música erudita na Rádio Senado

Está no ar desde o início de janeiro na Rádio Senado um novo espaço para a divulgação de compositores e intérpretes brasileiros de música erudita. Produzido pelo diplomata João Solano Carneiro da Cunha, o programa Encontros com a Música Brasileira é transmitido aos sábados, às 8h, com reprise aos domingos, às 18h.

Cada programa é dedicado a um tema específico, que poderá referir-se a um compositor, um intérprete, um gênero ou época da música erudita brasileira, com apresentação de dados sumários sobre o artista e sua obra, em linguagem clara e objetiva.

No campo popular, o Música do Brasil presta homenagem à cantora Carmen Costa e resgata entrevista concedida por ela ao radialista Hélio Tiz. O programa vai ao ar no sábado, dia 21, às 16h, e tem entre os destaques as interpretações de Carmen para Cálice, de Gilberto Gil e Caetano Veloso; Drama da Favela, de Mirabeau e Milton de Oliveira; e Criando Cobra, dela própria.

Meio ambiente, música e poesia em reprise

A emissora reapresenta nesta semana três programas especiais. Na segunda-feira, às 12h30, será representado o Conexão Sena-

do, que debateu o projeto tratando da gestão de florestas no país, com participação da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e do senador Jefferson Péres (PDT-AM).

Na quinta, às 23h, o Escala Brasileira repete

a entrevista com o compositor Roberto Menescal, autor de O Barquinho.

Já no domingo, às 9h, será reprisado no programa Autores



Ana Lins do Guimarães Peixoto Brêtas, a Cora Coralina, publicou o primeiro livro aos 75 anos

e Livros o especial literário Cora Coralina, poetisa do interior de Goiás que alcançou o sucesso aos 75 anos, após a publicação do primeiro livro de poemas.

Rádio Senado

SEGUNDA-FEIRA

8h - Senado Notícias
9h - Música e Informação
12h30 - Conexão Senado
13h40 - Senado Notícias
14h - Plenário (ao vivo)
19h - Voz do Brasil (ao vivo)
20h - Música e Informação
22h - Senado Notícias
23h - Vozes do Século XX

TERÇA-FEIRA

8h - Senado Notícias
9h - Música e Informação
9h30 - Senado Repórter
10h - Comissões (ao vivo)
13h40 - Senado Notícias
14h - Plenário (ao vivo)
19h - Voz do Brasil (ao vivo)
20h - Música e Informação
22h - Senado Notícias
23h - Jazz & Tal (reprise)

QUARTA-FEIRA

8h - Senado Notícias
9h - Música e Informação
9h30 - Senado Repórter
10h - Comissões (ao vivo)
13h40 - Senado Notícias
14h - Plenário (ao vivo)
19h - Voz do Brasil (ao vivo)
20h - Música e Informação
22h - Senado Notícias
23h - Música do Brasil (reprise)

QUINTA-FEIRA

8h - Senado Notícias
9h - Música e Informação
9h30 - Senado Repórter
10h - Comissões (ao vivo)
13h40 - Senado Notícias
14h - Plenário (ao vivo)
19h - Voz do Brasil (ao vivo)
20h - Música e Informação
22h - Senado Notícias
23h - Escala Brasileira

SEXTA-FEIRA

8h - Senado Notícias
9h - Plenário (ao vivo)
12h - Música e Informação
14h10 - Senado Notícias
14h30 - Música e Informação
19h - Voz do Brasil (ao vivo)
20h - Música e Informação
22h - Senado Notícias
23h - Música e Informação

SÁBADO

8h - Encontros com a Música Brasileira
9h - Prosa e Verso
11h - Música Erudita
12h - Música e Informação
16h - Música do Brasil
17h - Música e Informação
20h - Escala Brasileira
21h - Música e Informação
22h - Vozes do Século XX
23h - Música e Informação

DOMINGO

8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros
9h30 - Música e Informação
11h - Música do Brasil (reprise)
12h - Música e Informação
15h - Música Erudita (reprise)
16h - Música e Informação
17h - Vozes do Século XX
18h - Encontros com a Música Brasileira
19h - Música e Informação
20h - Jazz & Tal

Como sintonizar

FM
Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas

ONDAS CURTAS
Frequência de 5.990 KHz, na faixa de 49 metros, nas regiões Norte e Nordeste

INTERNET
No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio do Real Player ou Windows Media Player

ANTENA PARABÓLICA
Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

TV Senado

SEGUNDA-FEIRA

1h - Cidadania 1
2h - Especiais
2h30 - Fala Cidadão
3h - Idéias
3h30 - Entrevista 1
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Idéias
5h30 - Fala Cidadão
6h - Cidadania 2
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 2
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Especiais/Comissões
12h - Idéias
12h30 - Entrevista 3
13h - Cidadania 3
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Conversa de Músico
19h30 - Cidadania 4
20h30 - Entrevista 4
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

TERÇA-FEIRA

1h - Cidadania 4
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 4
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 1
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 1
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Comissões (ao vivo)
13h - Cidadania 2
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/Comissões
19h30 - Cidadania 3/Comissões
20h30 - Entrevista 3
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

QUARTA-FEIRA

1h - Cidadania 3
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil

3h30 - Entrevista 3
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 4
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 4
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Comissões (ao vivo)
13h - Cidadania 1
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/Comissões
19h30 - Cidadania 2/Comissões
20h30 - Entrevista 2
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

QUINTA-FEIRA

1h - Cidadania 2
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 2
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 3
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 3
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Plenário (ao vivo)
13h - Cidadania 4
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/Comissões
19h30 - Cidadania 1/Comissões
20h30 - Entrevista 1
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

SEXTA-FEIRA

1h - Cidadania 1
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 1
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 2
7h - Especiais

7h30 - Entrevista 2
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Plenário (ao vivo)
13h - Cidadania 3
14h15 - Jornal do Senado
14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)
19h30 - Cidadania 4
20h30 - Entrevista 4
21h - Jornal do Senado
21h30 - Conversa de Músico
22h - Debate Brasil/Espaço Cultural
23h30 - Idéias
24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

SÁBADO

1h - Cidadania
2h - Idéias
2h30 - Jornal do Senado
3h - Especiais
3h30 - Entrevista
4h - Fala Cidadão
4h30 - De Coração
5h - Especiais
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania
7h - Idéias
7h30 - Entrevista
8h - De Coração
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais
9h30 - Leituras
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Idéias
11h30 - Especiais
12h - Jornal do Senado
12h30 - Entrevista
13h - Fala Cidadão
13h30 - Cidadania
14h30 - Conversa de Músico
15h - Espaço Cultural
16h - Debate Brasil/Especiais
17h - Entrevista
17h30 - Idéias
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
19h - Cidadania
20h - Leituras
20h30 - Fala Cidadão
21h - Jornal do Senado
21h30 - Espaço Cultural
23h - Idéias
23h30 - De Coração
24h - Espaço Cultural/Entrevista

DOMINGO

1h - Cidadania
2h - Fala Cidadão
2h30 - Jornal do Senado
3h - Especiais
3h30 - Entrevista
4h - Idéias

Como sintonizar

TV A CABO

NET, Canbras TVA, Canbras e Vídeo Cabo

TV POR ASSINATURA

Sky, Directv e Tecsat

ANTENA PARABÓLICA

Sistema analógico:

Satélite - B1

Transponder - 11 A2 Polarização: Horizontal

Frequência - 4.130 MHz

Sistema digital:

Satélite - B1

Transponder - 1 BE (Banda Estendida), Polarização: Vertical

Frequência - 3.644,4 MHz

Frequência (Banda - L) - 1.505,75 MHz

Antena - 3,6 m

PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG-2 DVB

Symbol Rate - 3,2143Ms/s

FEC - 3/4

UHF

Canal 51, no Distrito Federal

4h30 - De Coração
5h - Especiais
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania
7h - Fala Cidadão
7h30 - Entrevista
8h - Jornal do Senado
8h30 - De Coração
9h - Especiais
9h30 - Idéias
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Fala Cidadão
11h30 - Especiais
12h - Jornal do Senado
12h30 - Entrevista
13h - Idéias
13h30 - Cidadania
14h30 - Espaço Cultural
16h - Debate Brasil/Especiais
17h - Fala Cidadão
17h30 - Entrevista
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
19h - Cidadania
20h - Conversa de Músico
20h30 - Leituras
21h - Idéias
21h30 - Espaço Cultural
23h - Fala Cidadão
23h30 - De Coração
24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

RESENHA

O Brasil Meridional, dos matutos e dos gaúchos

ALEXANDRE GUIMARÃES

“É costume entre nós falar do povo brasileiro como se fosse uma massa homogênea e única. (...) Dos que assim pensam, nenhum se deu ao trabalho de desmontar as diversas peças e elementos de que se compõe esse vasto organismo para ver como ele se formou e como ele funciona.” Assim o jurista, professor, etnólogo, historiador e sociólogo, o acadêmico Francisco José de Oliveira Viana, se põe na tarefa de desvendar a estruturação do povo brasileiro.

Em seu primeiro livro, datado de 1920, resolve tratar das populações rurais do Sul do Brasil: os matutos e os gaúchos. *Populações Meridionais do Brasil*, volume 27 das Edições do Senado Federal, mesmo questionável em muitas de suas teses, é um precursor. Fonte básica da leitura feita pelos grandes estudiosos da formação nacional, entre eles, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, a obra de Oliveira Viana é o início dos estudos que culminam, certamente, no atualíssimo *O Povo Brasileiro*, do etnólogo, antropólogo, ensaísta e romancista, o ex-senador e também imortal Darcy Ribeiro.

Durante sua vida, serão vários os ensaios que completam sua tese da estrutura da população brasileira em matutos, espalha-



Populações Meridionais do Brasil

dos pela zona rural do Sudeste brasileiro; em gaúchos, habitantes do Sul; e, em sertanejos, na caatinga nordestina.

Oliveira Viana, geralmente esquecido na memória brasileira, empreendeu estudos dos mais importantes nas áreas da geografia, da história e do direito, além das incipientes sociologia e etnologia do início do século 20. Se, em *O Ocaso do Império*, obra de Oliveira Viana, editada também pelas Edições do Senado Federal, vemos uma das mais acuradas análises da história do período anterior à Proclamação da República de nosso país, em *Populações Meridionais do Brasil*, entramos em contato com um detalhado estudo da formação diversa do povo brasileiro.

Alexandre Guimarães é consultor legislativo do Senado Federal. O livro *Populações Meridionais do Brasil*, com 423 páginas, é o 27º volume publicado pelas Edições do Senado Federal e pode ser adquirido por R\$ 20 no site www.senado.gov.br. Mais informações pelo e-mail livros@senado.gov.br ou pelo telefone (61) 3311-4755.

Conheça o Senado



Presidida por Renan, comissão aprovou, em dezembro de 2005, 19 pedidos do Executivo de abertura de créditos

SENADO

TV Senado terá sinal aberto em 11 estados

O Ministério das Comunicações divulgou portaria na última quinta-feira, no Diário Oficial da União, disponibilizando mais seis canais em sinal aberto para ampliar o sistema de retransmissão em UHF/VHF da TV Senado. Com a portaria, além do Distrito Federal, a TV obteve autorização para se fazer presente em outras dez cidades brasileiras. Mais 12 pedidos estão sendo analisados pelo governo e, quando autorizados, a

TV contará com retransmissoras em 23 capitais.

Segundo informou o diretor da TV Senado, James Gama, a emissora já abriu concorrência para adquirir transmissores, compatíveis com o sistema digital, que vão viabilizar o funcionamento das retransmissoras de Manaus, Fortaleza, Recife e Salvador. Elas começam a ser inauguradas em abril deste ano. O diretor acredita que até dezembro o sinal da TV Senado estará sendo retransmitido

em 11 capitais do país, aí incluídos o Distrito Federal e as cidades do Rio de Janeiro, Belém, Natal, Maceió, Cuiabá e Boa Vista.

Conforme Gama, a expectativa é de que já em 2006 esteja consolidado o conceito de Rede Senado de Televisão, “uma das metas da gestão Renan Calheiros”.

– Com a sua rede em escala nacional, o Senado dará grande contribuição à democracia, levando o Parlamento a quase todos os brasileiros – afirmou Gama.

Interlegis já alcança mais de 4 mil municípios

Em 2005, o Programa Interlegis foi promovido a Secretaria Especial do Interlegis no Senado Federal (Sinter). Nesses sete anos de existência, o programa tem cumprido o objetivo de promover a modernização do Poder Legislativo nas instâncias federal, estadual e municipal, bem como o de esclarecer e capacitar os agentes políticos com relação ao seu verdadeiro papel perante a comunidade.

A meta do Interlegis é criar uma comunidade legislativa virtual para conferir mais transparência à atividade parlamentar brasileira. De acordo com o diretor da Sinter, Márcio Sampaio, “em um primeiro momento, o programa promove a inclusão digital das câmaras municipais do país, entregando um computador, uma impressora e um acessório de conexão à Internet para facilitar o acesso das Casas à tecnologia gratuitamente”, diz. De um total de 5.564 municípios brasileiros, já são 4.015 câmaras aderidas, das quais 3.037 equipadas.

O Interlegis é considerado o maior programa de inclusão digital da América Latina segundo dados do Banco Interamericano de Desenvolvimento, seu principal parceiro. Em 2005, sua sede recebeu a visita de delegações técnicas do Mercosul, além de Chile e Colômbia, com intuito de levar a experiência do Senado brasileiro para seus países.

Curso de prevenção de acidentes do ILB

O Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) realiza, a partir desta segunda-feira, o Curso de Prevenção de Acidentes e de Doenças Relacionadas ao Trabalho, com 40 horas/aula. O curso é destinado a servidores, gestores e gerentes ligados às áreas de manutenção do Senado, da Gráfica e do Prodasen.

O objetivo principal dos organizadores é conscientizar os participantes do curso para os aspectos pessoais e organizacionais relacionados à qualidade de vida no trabalho. A meta é que os cerca de 360 servidores que participarem do treinamento passem a atuar como agentes multiplicadores para que os demais funcionários da Casa contribuam com a adoção de uma política de saúde no trabalho dentro do Legislativo.

Entre os temas a serem abordados no curso, destacam-se: Primeiros Socorros; Prevenção e Combate a Incêndios; Definição de Acidente e Doença do Trabalho e de Risco Ocupacional; Prazer e Sofrimento no Trabalho; Prevenção do Stress e Comunicação no Trabalho. O curso será ministrado das 14h30 às 18h30, de segunda a sexta-feira, até o dia 27 de janeiro. Maiores informações pelo telefone (61) 3311-3394.

A atuação da Comissão Representativa

Integrada por senadores e deputados, a Comissão Representativa do Congresso atua durante o período de recesso do Senado e da Câmara, entre 15 de dezembro e 15 de fevereiro e durante o mês de julho.

Cabe à comissão votar projetos de lei relativos a créditos adicionais solicitados pelo presidente da República. Em dezembro, a comissão aprovou 19 pedidos do Executivo de abertura de créditos, totalizando R\$ 9,8 bilhões para os ministérios e órgãos da administração pública.

O colegiado tem também entre suas competências autorizar o presidente e o vice-presidente da

República a se ausentarem do país; exercer a competência administrativa das Mesas do Senado e da Câmara quando ausentes ou impedidos seus membros; receber petições, reclamações, representações ou queixas contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas. Deve ainda se manifestar sobre projetos de lei que tenham por objetivo prorrogar prazo de lei, se o fim de sua vigência ocorrer no período de recesso ou nos dez dias úteis seguintes.

Também com término previsto nesse mesmo período, a comissão deve deliberar sobre tratado,

convênio ou acordo internacional. Quando o Congresso for convocado extraordinariamente, como acontece desde o último dia 16 de dezembro, o mandato da comissão não será suspenso.

A atual Comissão Representativa é composta pelos senadores Paulo Octávio (PFL-DF), Demostenes Torres (PFL-GO), Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO), Delcídio Amaral (PT-MS), Fernando Bezerra (PTB-RN), Renan Calheiros (PMDB-AL) e Ney Suassuna (PMDB-PB) e a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) e igual número de suplentes, além dos deputados.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Edição: Edson de Almeida, Valter Gonçalves Júnior, Flávio Faria, Iara Altafin, José do Carmo Andrade, Mikhail Lopes, Suely Bastos e Thâmara Brasil
Reportagem: Alexandre Guimarães, Cíntia Sasse, Janaina Araújo, João Carlos Teixeira, Paula Pimenta e Sylvio Guedes

Diagramação: Ana Rita Grilo, Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miúças D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Agência Senado
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa e

Davi Emerich (61) 3311-1670
Edição: Rita Nardelli e Flávio Mattos (61) 3311-1151

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Quando a memória desaparece

O mal de Alzheimer é uma doença do cérebro que afeta a memória, o raciocínio e a comunicação das pessoas. É a causa mais comum de demência (dificuldades progressivas da memória e outras funções mentais), e foi descrita pela primeira vez pelo neurologista alemão Alois Alzheimer, no início do século 20. Com o aumento da expectativa de vida, a incidência de novos casos de Alzheimer vem aumentando nos últimos anos, uma vez que a probabilidade de se desenvolver essa doença aumenta com o avanço da idade. A taxa de incidência é de menos de 0,5% entre indivíduos na faixa de 60 anos, mas cresce para 3% a 6% na faixa dos 80 anos ou mais. O mal de Alzheimer atinge aproximadamente 16 milhões de pessoas no mundo. Em certas áreas do cérebro das pessoas portadoras da doença de Alzheimer (as que controlam as funções mentais, como a memória, o raciocínio, a linguagem e a atenção), as células começam a morrer

e formam estruturas microscópicas chamadas placas senis. É por esse motivo que os portadores de Alzheimer têm dificuldade para uma vida normal. Outras funções, como os movimentos, não são geralmente afetadas até que a doença esteja bem adiantada. As causas de desenvolvimento da doença ainda não são totalmente conhecidas. Atualmente ela não tem cura. Mas cuidados apropriados podem ajudar uma pessoa com a doença a viver com conforto por muitos anos. Nesta página do Especial Cidadania você pode conferir algumas sugestões para as pessoas que lidam diretamente com os portadores da doença de Alzheimer, além de explicações sobre o diagnóstico, a prevenção, os sintomas e o tratamento para o mal. Uma iniciativa de grande ajuda para a prevenção da doença é manter o cérebro ativo com leituras e atividades que exigem concentração. É preciso ressaltar ainda que o tabagismo é um dos fatores que está associado ao desenvolvimento da doença.



As células cerebrais relacionadas à linguagem e à memória do portador do Mal de Alzheimer morrem e formam placas senis

Sobrevivência requer atenção em todos os estágios da doença

DIAGNÓSTICO – Quando existem problemas de demência, após eliminar a possibilidade de problemas de tireóide, derrame e depressão, pode-se suspeitar da doença de Alzheimer. A avaliação normalmente inclui testes de memória, exames de sangue e tomografia do cérebro. Deve-se consultar um médico.

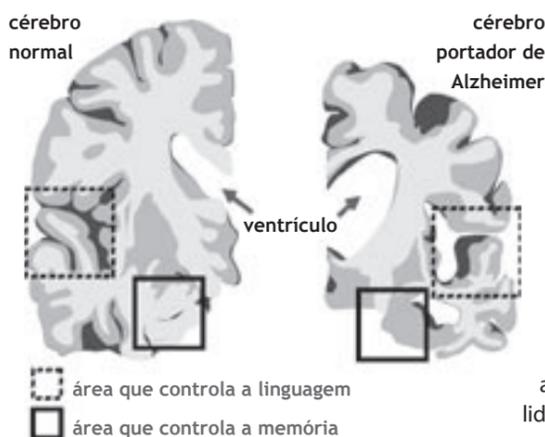
dos fatos e conversas recentes, mas pode lembrar claramente de acontecimentos do passado.

- ▶ No estágio intermediário, o doente precisa de ajuda para executar tarefas rotineiras. Ele pode não reconhecer seus familiares, perder-se em locais que conhece bem e esquecer

como executar tarefas simples. Pode tornar-se impaciente, mal-humorado e imprevisível.

- ▶ No estágio avançado, a pessoa doente perde completamente a memória, a capacidade de julgamento e o raciocínio, e é necessário ajudá-la em tudo.

TRATAMENTO – Busca dar conforto à pessoa doente e ajudar quem convive com ela a lidar com os sintomas. Em alguns casos, o médico pode receitar medicamentos que ajudam a melhorar a memória, a agitação e a depressão. Visitas regulares ao médico ajudarão a monitorar as condições do doente e planejar como ajudá-lo.



□ área que controla a linguagem
■ área que controla a memória

PREVENÇÃO – Normalmente, os primeiros sintomas visíveis surgem a partir dos 75 anos, mas existem relatos de pacientes que apresentam a doença aos 35 anos. Há fatores de risco associados ao mal de Alzheimer inevitáveis, como idade, sexo feminino e presença do gene ApoE4. Outros fatores como colesterol alto, hiperhomocisteína (quantidade elevada de um aminoácido chamado Homocisteína no plasma sanguíneo, em geral causada por deficiência de vitaminas na alimentação), diabetes, lesões na cabeça, estresse psicológico, hipertensão e tabagismo podem ser controlados. Também é preciso manter o cérebro ativo em atividades como leitura e trabalhos que exijam atenção e concentração, realizar atividades físicas e de lazer e manter uma dieta com alta concentração de antioxidantes.

SINTOMAS – Aparecem lentamente. O período médio entre o primeiro e o último estágio dura cerca de nove anos. Esse período pode, entretanto, variar muito.

- ▶ No estágio inicial, a pessoa parece confusa, esquece palavras e deixa pensamentos inacabados. Frequentemente não se lembra

Dicas para quem convive com o portador de Alzheimer

- ▶ Organize a casa para torná-la segura: evite desordem, mantenha fogões e eletrodomésticos em segurança, remova trancas do lado de dentro das portas dos banheiros e quartos de dormir, instale por fora trancas difíceis de abrir, mantenha as áreas da piscina e da banheira fechadas, além de bolsas, carteiras e outros itens importantes fora do alcance.
- ▶ Impeça o doente de dirigir: procure guardar o carro e as chaves fora da vista dele.
- ▶ Controle as perambulações: à noite mantenha luzes acesas nos locais de passagem e banheiros; peça a vizinhos que avisem se virem o doente sair de casa

sozinho; acompanhe-o se ele insistir em sair de casa; evite discutir ou gritar com ele; coloque etiquetas com nome nas roupas do doente e faça com que ele use um bracelete de identificação.

- ▶ Cuidados diários: Planeje atividades simples e que envolvam exercícios físicos, alimentação saudável, ingestão de líquidos, ações repetitivas (rotina), higiene e cuidados pessoais. Mude as atividades de acordo com as alterações na capacidade de execução do doente. Permita-o fazer o máximo que puder por conta própria, mas esteja sempre próximo a ele para ajudar. E não desista.

Fonte: ABRAZ- Associação Brasileira de Alzheimer

Projetos de lei sobre a doença em tramitação

Projeto (PLS 255/05) do senador Tião Viana (PT-AC), já aprovado no Senado e encaminhado à Câmara para revisão, institui o Dia Nacional de Conscientização da Doença de Alzheimer, a ser celebrado em 21 de setembro, com o objetivo de conscientizar a população sobre a importância da participação de familiares e amigos nos cuidados dispensados aos portadores da doença. Tramitam na Câmara três projetos para alterar a Lei 8.036/90, dispondo sobre a movimentação da conta vinculada no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) quando o titular ou seu dependente for portador de doença grave degenerativa do sistema neurológico, como o mal de Alzheimer: PL 4.935/05, do deputado Pastor

Amarildo (PMDB-TO); PL 4.879/05, do deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP); e PL 4.800/05, do deputado Corauci Sobrinho (PFL-SP). Também na Câmara, o deputado Jorge Alberto (PMDB-SE) apresentou proposta (PL 3163/04) para isentar do Imposto de Renda os proventos de aposentadoria e pensão recebidos por portadores do mal de Alzheimer, dando nova redação à Lei 7.713/88. O PL 3.047/04, do deputado João Mendes de Jesus (PSL-RJ), quer modificar a Lei 8.742/93 para estender o benefício assistencial de um salário mínimo aos doentes de Alzheimer, e o PL 2.380/03, do deputado Almeida de Jesus (PL-CE), visa conceder isenção de Imposto de Renda às pessoas físicas que tenham dependentes portadores da doença.

Informações

Ministério da Saúde
Disque Saúde: 0800 61-1997
www.saude.gov.br

Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)
Disque Medicamentos: 0800 644-0644
www.anvisa.gov.br

Ouvidoria Geral do SUS
SEPN 511, Bloco C, Ed. Bittar IV 70750-543
Brasília (DF)
Tel: (61) 3448-8900 e 3448-8926

Conselho Nacional dos Direitos do Idoso (CNDI)
Telefone: (61) 3429.3598
www.mj.gov.br/sedh/cndi/

Associação Brasileira de Alzheimer (ABRAZ)
Tel.: (11) 3237-0385 e 0800 55-1906
www.abraz.com.br

Conselho Federal de Medicina
Tel: (61) 3445-5940 / www.cfm.org.br

Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG)
RJ (21) 2285.8115
GO (62) 215 9595
SP (11) 3106.1331
www.sbgg.org.br